



**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

## **PREGÃO ELETRÔNICO 14/2026**

### **Prefeitura Municipal de Bodoquena**

**OBJETO:** Registro dos menores preços para futura e eventual prestação de serviços de realização de exames de Ultrassonografia, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional legalmente habilitado, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e daqueles encaminhados pela Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Bodoquena/MS.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 541.495,70**

### **DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

**Dia 14/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP:** NÃO

**REGISTRO TCE:** 3F4FDE3017CE6BB176273106676CDCD705823957





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026**

**Processo Administrativo nº 52/2026**

Torna-se público que o Município de Bodoquena, por meio do Departamento Especial de Compras, Licitações e Contratos, sediada na Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, Nº 1020, bairro Bandeira II, na cidade de Bodoquena, estado de Mato Grosso do Sul, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, o Decreto nº 08, de 2 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Sítio Eletrônico: <http://comprasnet.gov.br/>

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Registro dos menores preços para futura e eventual prestação de serviços de realização de exames de Ultrassonografia, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional legalmente habilitado, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e daqueles encaminhados pela Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Bodoquena/MS.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema ComprasNet (<http://comprasnet.gov.br/>).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sistema mencionado no item 3.1. até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam confi-





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

gurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.





## Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

- 4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.12. O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário e total do item expresso em reais (R\$)
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente da contratação e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.







## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente da contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.







## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente da contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Agente da contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente da contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente da contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados.

6.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o Agente da contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

6.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.21.4. O Agente da contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.21.5. É facultado ao Agente da contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.22. Após a negociação do preço, o Agente da contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente da contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente da contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.5.1 e 4.5 deste edital.

7.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente da contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

- 7.4.1. conter vícios insanáveis;
- 7.4.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.4.6. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente da contratação, que comprove:
  - 7.4.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 7.4.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

### **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou aqueles que se comprovem através do SICAF.
- 8.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### **8.8. Habilitação jurídica:**





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.8.3. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores

8.8.4. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.9.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º. Da Constituição Federal, e, comprovação de ausência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

### **8.10. Qualificação Econômico-Financeira.**

8.11. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

### **8.12. Documento referente à qualificação técnica:**

8.13. Consta no termo de referencia.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://transparencia.betha.cloud/>)

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente da contratação/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;





## Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.5. fraudar a licitação

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.







## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DO REAJUSTE**

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

12.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: <http://comprasnet.gov.br/> ou [licitabodoquena@gmail.com](mailto:licitabodoquena@gmail.com).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente da contratação.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.betha.cloud/>.

14.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.10.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.10.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.10.3. ANEXO III – Minuta do Contrato

Bodoquena/MS, 24 de abril de 2026.

**Monique Hevely Corrêa Dalletezze**

**Secretaria Municipal de Saúde**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

**1.1.** Registro dos menores preços para futura e eventual prestação de serviços de ultrassonografia, incluindo a realização de exames e emissão de laudos médicos, com a finalidade de atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital Municipal Francisco Sales, do Município de Bodoquena/MS, garantindo suporte diagnóstico aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

(x) Natureza Comum.

( ) Natureza Especial.

| ITEM | DESCRIÇÃO   | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|---|---------|------------|
| 1.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA ABD COM DOPPLER            | SRÇ     | 50         |
| 2.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA ABD SUPERIOR               | SRÇ     | 100        |
| 3.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA AP URINARIO MASCULINO      | SRÇ     | 100        |
| 4.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA AP URINARIO FEMININO       | SRÇ     | 100        |
| 5.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA MAMA                       | SRÇ     | 150        |
| 6.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL (ENDOVAGINAL) | SRÇ     | 300        |
| 7.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA OBT SIMPLES                | SRÇ     | 350        |
| 8.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA PÉLVICO VIA ABD            | SRÇ     | 50         |
| 9.   | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA OBT COM TN                 | SRÇ     | 50         |
| 10.  | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA PROSTATA TRANS             | SRÇ     | 10         |
| 11.  | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA ARTI-                      | SRÇ     | 200        |





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

|     |  |     |     |
|-----|--|-----|-----|
|     | CULAÇÃO: PESCOÇO, OMBRO, PUNHO, COTOVELO E ETC.                            |     |     |
| 12. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA CERVICAL, MUSCULO, AXILA E TENDÃO               | SRÇ | 80  |
| 13. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA ORG. EST. SUPERFICIAL (TIREOIDE/BOLSA ESCROTAL) | SRÇ | 100 |
| 14. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA OBT MORFOLÓGICO (SEMANA 22-26)                  | SRÇ | 50  |
| 15. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA OBT COM DOPPLER (SEMANA 32-36)                  | SRÇ | 50  |
| 16. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA DOPPLER RENAL                                   | SRÇ | 40  |
| 17. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA OBS-TÉTICO GEMELAR (GÊMEOS)                     | SRÇ | 60  |
| 18. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA PROSTATA ABD                                    | SRÇ | 150 |
| 19. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA ABD TOTAL                                       | SRÇ | 300 |
| 20. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER                      | SRÇ | 30  |
| 21. | DOPPLER DE CARÓTIDAS   | SRÇ | 60  |
| 22. | DOPPLER VENOSO DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)                             | SRÇ | 60  |
| 23. | DOPPLER ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)                           | SRÇ | 60  |
| 24. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA PARADE ABDOMINAL                                | SRÇ | 60  |
| 25. | EXAME DE ULTRASSONOGRRAFIA REGIÃO INGUINAL                                 | SRÇ | 50  |

**1.2** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 14, de 02 de fevereiro de 2024.

**1.3** Os Serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

**1.4. VIGÊNCIA DO CONTRATO:**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**1.4.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação.

**1.5. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

1.5.1. Os serviços de ultrassonografia deverão ser prestados pela empresa contratada em suas próprias instalações, tendo sua sede no **município de Bodoquena**.

**1.6. DA GARANTIA:**

1.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**1.7. Modelo de Execução do Objeto;**

1.7.1 Os serviços deverão ser executados de acordo com aqueles adjudicados e especificados na proposta vencedora, observando rigorosamente as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

1.7.2. Na ocorrência de atrasos injustificados na realização dos exames ou na entrega dos laudos, a contratada sujeitar-se-á às penalidades previstas no contrato, inclusive aplicação de descontos, multas ou outras sanções cabíveis, salvo justificativa formal aceita pela Administração.

1.7.3. A contratada será integralmente responsável pela disponibilidade da estrutura, equipamentos e equipe técnica e médica necessária à execução dos serviços, devendo assegurar a continuidade do atendimento mesmo em casos de ausência, a-





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

fastamento ou impedimento de profissionais, sem qualquer ônus adicional à Administração.

1.7.4. A contratada responderá por danos materiais, morais ou físicos causados ao Município ou a terceiros, inclusive pacientes, decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços de ultrassonografia.

1.7.5. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigidas no procedimento de contratação.

1.7.6. A contratada deverá prestar esclarecimentos ao contratante, sempre que solicitada, acerca de atos, fatos ou ocorrências relacionadas à execução contratual, inclusive intercorrências técnicas ou assistenciais.

1.7.7. Na hipótese de substituição de profissionais responsáveis técnicos ou médicos laudadores, a contratada deverá comunicar formalmente a Administração, apresentando a documentação comprobatória da habilitação e regularidade profissional exigida.

1.7.8. O atendimento deverá ser realizado nos locais definidos neste Termo de Referência, em instalações próprias ou credenciadas da contratada, devidamente licenciadas pelos órgãos competentes.

1.7.9. Os serviços de ultrassonografia deverão ser executados mediante solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, observados os fluxos de regulação, autorização e agendamento estabelecidos.







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

1.7.10. A contratada deverá assegurar o registro adequado dos exames realizados e dos respectivos laudos, mantendo histórico assistencial atualizado e disponível à Administração, em meio físico e/ou eletrônico, conforme normas vigentes de sigilo e proteção de dados.

1.7.11. A garantia legal ou contratual dos serviços possui prazo próprio e desvinculado da vigência do contrato, possibilitando a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de quaisquer condições contratuais, ainda que constatadas após o término da vigência contratual, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e da Lei nº 14.133/2021.

**2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:**

2.1. A contratação de serviços de ultrassonografia mostra-se necessária diante da demanda contínua e crescente por exames de diagnóstico por imagem no Município de Bodoquena/MS. A insuficiência na oferta desse serviço compromete diretamente a capacidade do Hospital Municipal Francisco Sales e da rede municipal de saúde em realizar diagnósticos precoces e acompanhamento clínico adequado, tanto em atendimentos eletivos quanto em situações prioritárias, ocasionando atrasos na definição de condutas médicas, aumento da demanda reprimida e necessidade de encaminhamentos para outros municípios.

2.2. A indisponibilidade ou limitação de exames de ultrassonografia impacta negativamente a resolutividade da atenção à saúde, podendo gerar aumento de custos com deslocamento de pacientes, demora no início de tratamentos, agravamento de quadros clínicos e sobrecarga dos serviços assistenciais. Nesse contexto, torna-se imprescindível garantir o acesso contínuo e ampliado aos exames de ultrassonogra-





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

fia, assegurando diagnósticos seguros, ágeis e eficazes, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.3. Os exames de ultrassonografia destinam-se à população em geral do Município, abrangendo todas as faixas etárias e diferentes condições clínicas, incluindo acompanhamento pré-natal, avaliações abdominais, pélvicas, obstétricas, musculoesqueléticas, entre outras indicações médicas. Nos termos da Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, compete ao Município assegurar o acesso aos serviços diagnósticos essenciais, garantindo assistência integral, equânime e contínua aos usuários do sistema público de saúde.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

3.1. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ultrassonografia é necessária para atender, de forma imediata e contínua, às demandas assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde de Bodoquena/MS, em especial do Hospital Municipal Francisco Sales. Os exames de ultrassonografia constituem ferramenta essencial de diagnóstico por imagem, subsidiando a tomada de decisões clínicas com segurança e agilidade, contribuindo para diagnósticos precoces, acompanhamento terapêutico e adequada condução dos casos atendidos na rede municipal de saúde.

3.2. Embora o objeto da contratação possua padrões de desempenho e qualidade passíveis de definição objetiva, caracterizando-se como serviço comum, a prestação dos exames de ultrassonografia será realizada por meio de regular processo licitatório na modalidade pregão eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021. Considerando a necessidade de manutenção contínua do atendimento e a relevante demanda assistencial, a adoção do pregão visa assegurar a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a continuidade de serviço público essencial à saúde, evitando prejuízos à assistência aos usuários do SUS e ao funcionamento regular da unidade hospitalar.

3.3. Os exames de ultrassonografia são amplamente utilizados no atendimento da população em todas as faixas etárias, sendo indispensáveis para avaliação obstétri-





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

ca, abdominal, pélvica, musculoesquelética, partes moles, entre outras indicações clínicas frequentes na atenção básica e hospitalar. Nos termos da Lei nº 8.080/1990, cabe ao Município assegurar o acesso aos serviços de saúde de forma integral, contínua e resolutiva, garantindo à população assistência diagnóstica adequada e em tempo oportuno.

3.4. Considerando a necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade da realização de exames de ultrassonografia para os usuários do Hospital Municipal Francisco Sales e da rede municipal de saúde, a contratação de empresa especializada apresenta-se como solução adequada e eficiente, contribuindo para reduzir a demanda reprimida, evitar deslocamentos desnecessários de pacientes para outros municípios, agilizar diagnósticos e fortalecer a resolutividade dos serviços de saúde do Município de Bodoquena/MS.

**4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

4.1. A contratação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos técnicos, operacionais, legais e assistenciais:

- a) A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de ultrassonografia, devidamente constituída e habilitada para atuar na área.
- b) Possuir registro e regularidade junto aos órgãos competentes, incluindo alvará sanitário vigente, licenciamento da vigilância sanitária e demais autorizações exigidas para o funcionamento dos serviços.
- c) Garantir que os exames sejam realizados por profissionais legalmente habilitados, incluindo técnicos/tecnólogos em radiologia e médicos radiologistas com registro no CRM, responsáveis pela emissão dos laudos;
- d) Assegurar o cumprimento das normas de proteção radiológica, observando as diretrizes da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), da Anvisa e demais normas aplicáveis;





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- e) Realizar os exames conforme solicitação médica, com priorização dos casos de urgência e emergência, assegurando prazos compatíveis com a necessidade clínica do paciente;
- f) Emitir laudos médicos claros, completos e conclusivos, assinados por profissional habilitado, dentro de prazo adequado, conforme pactuação com a Secretaria Municipal de Saúde;
- g) Manter sistema de registro, arquivamento e disponibilização de imagens e laudos, assegurando a rastreabilidade, confidencialidade e integridade das informações, em conformidade com a legislação vigente;
- h) Atender exclusivamente aos pacientes encaminhados pelo Hospital Municipal Francisco Sales e/ou pela Central de Regulação do SUS, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde;
- i) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade fiscal e trabalhista exigidas no processo de contratação;
- j) Cumprir integralmente as determinações da Secretaria Municipal de Saúde, bem como as normas do Sistema Único de Saúde – SUS, especialmente no que se refere ao acesso universal, integralidade e equidade;
- k) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes de falha na execução dos serviços, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**4.2. Subcontratação**

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

5.1. A execução do objeto consistirá na prestação de serviços de ultrassonografia, compreendendo a realização de exames solicitados por profissionais da rede municipal de saúde, com emissão de laudos por médico radiologista devidamente habilitado, destinados aos pacientes atendidos pelo Hospital Municipal Francisco Sales e aos usuários encaminhados pela Central de Regulação do SUS.

5.2. Os exames serão realizados sob demanda, conforme requisição médica devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Saúde, observados os critérios de prioridade clínica, urgência e emergência, bem como a capacidade operacional do serviço contratado.

5.3. A contratada deverá disponibilizar estrutura física, equipamentos, insumos, materiais, softwares, mão de obra especializada e todos os recursos necessários\* à perfeita execução dos serviços, incluindo a operação e manutenção do equipamento de ultrassonografia.

5.4. A realização dos exames deverá observar rigorosamente as normas técnicas, sanitárias e de segurança radiológica, especialmente aquelas estabelecidas pela ANVISA, CNEN e demais órgãos reguladores competentes.

5.5. Os laudos dos exames deverão ser emitidos por médico radiologista com registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM, no prazo compatível com a natureza do exame, observadas as situações de urgência e emergência, devendo ser disponibilizados em meio físico e/ou eletrônico, conforme definido pela Administração.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

5.6. A contratada deverá garantir a qualidade técnica das imagens, a rastreabilidade dos exames, o correto arquivamento dos dados e a confidencialidade das informações dos pacientes, em conformidade com a legislação vigente, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

5.7. Os serviços deverão ser prestados em \*local previamente definido no Termo de Referência, podendo ocorrer nas dependências da contratada ou em unidade indicada pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme a solução adotada, devendo ser assegurado o acesso adequado aos pacientes encaminhados pelo SUS.

5.8. Caberá à contratada manter rotina de comunicação e integração com a Secretaria Municipal de Saúde, fornecendo relatórios periódicos de produção, contendo quantitativos de exames realizados, tipos de procedimentos, datas, pacientes atendidos e demais informações necessárias à fiscalização e ao controle contratual.

5.9. A execução dos serviços deverá ocorrer durante toda a vigência contratual, de forma contínua e ininterrupta, ressalvadas hipóteses excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração.

5.10. A contratada será integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e operacionais decorrentes da execução do objeto, não havendo vínculo de qualquer natureza entre os profissionais da contratada e a Administração Pública.

5.11. A fiscalização da execução do contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de servidor ou comissão designada, que acompanhará a conformidade dos serviços prestados com as especificações contratuais, sem prejuízo da responsabilidade exclusiva da contratada.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), legalmente designados e pelo Decreto nº 129 de 17 de junho de 2024, legalmente designados.

6.6 O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará (ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

**7.1. RECEBIMENTO DO OBJETO:**

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verifi-







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

cação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelos serviços e pela perfeita execução do contrato.

## **8. DO PAGAMENTO:**

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

8.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

8.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades de itens solicitados e entregues na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

8.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

8.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

8.2.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações poderão implicar no não recebimento.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.6. fraudar a licitação;

9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato licitado.





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**10.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de PREGÃO ELETRÔNICO-adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **10.2. Habilitação jurídica:**

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Micro empreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.2.1. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**QUALIFICAÇÃO ECONOMICA FINANCEIRA.**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

**DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Alvará sanitário vigente, expedido pela autoridade sanitária competente, autorizando o funcionamento do serviço de radiodiagnóstico.
- b) Licença ou autorização para operação de equipamentos de radiodiagnóstico, conforme normas da ANVISA e da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, quando aplicável;
- c) Comprovação de que os exames serão realizados por técnicos ou tecnólogos em radiologia legalmente habilitados, com registro ativo no respectivo Conselho de Classe;
- d) Comprovação de que os laudos serão emitidos por médico radiologista com registro ativo no Conselho Regional de Medicina – CRM, mediante documento emitido por meio do sítio oficial do Conselho;







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

e) Comprovação de vínculo do(s) profissional(is) indicado(s) com a empresa contratada, por meio de contrato social, contrato de prestação de serviços ou outro documento legalmente admitido, podendo ser apresentado até a formalização da contratação;

f) O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar diretamente da execução do objeto contratual, sendo admitida a substituição por profissionais de qualificação técnica equivalente ou superior, mediante prévia autorização da Administração, conforme § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

11.1. A estimativa de valor é de R\$ 541.495,70 (quinhentos e quarenta e um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta centavos).

## **12. DO REAJUSTE**

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano.

12.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

Bodoquena/MS, 11 de março de 2026.

**Elaborado por:**

---

Andreia dos Santos Caetano de Castro  
Elaborador de Contrato

**Aprovador por:**

---

Monique Hevely Corrêa Dalletezze  
Secretária Municipal de Saúde





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DA INTRODUÇÃO:**

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por objetivo subsidiar a instrução do processo administrativo para a prestação de serviços de realização de exames de Ultrassonografia, destinados a atender às demandas assistenciais do Hospital Municipal Francisco Sales, bem como dos pacientes encaminhados por meio da Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, no âmbito do Município de Bodoquena/MS.

1.2. Os serviços pretendidos mostra-se necessários para assegurar suporte diagnóstico essencial à adequada tomada de decisões clínicas, contribuindo para a resolutividade dos serviços de saúde, a continuidade da assistência, a ampliação do acesso aos exames de média complexidade e a garantia de atendimento oportuno, eficaz e adequado à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

**2. DO OBJETO**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de realização de exames de Ultrassonografia, incluindo a emissão de laudos médicos por profissional legalmente habilitado, destinados ao atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e daqueles encaminhados pela Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Bodoquena/MS, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2. A contratação é imprescindível para assegurar a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços de diagnóstico por imagem, indispensáveis ao adequado atendimento dos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e dos pacientes regulados pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo suporte diagnóstico oportuno às condutas médicas, especialmente nos atendimentos de urgência, emergência e acompanhamento clínico.

**2.3. Descrição da Solução como um Todo**





## **Estado de Mato Grosso do Sul Município de Bodoquena**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em diagnóstico por imagem, devidamente habilitada e regularizada junto aos órgãos competentes, para a realização de exames de Ultrassonografia, incluindo a disponibilização de infraestrutura adequada, equipamentos de ultrassom em perfeitas condições de funcionamento, insumos necessários à execução dos exames e profissionais qualificados, especialmente médico legalmente habilitado para a realização dos exames e emissão dos respectivos laudos.

Os exames serão realizados mediante solicitação médica, de acordo com a demanda do Hospital Municipal Francisco Sales e dos pacientes encaminhados pela Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, observados os critérios de prioridade clínica, especialmente nos casos de urgência e emergência.

A prestação dos serviços deverá assegurar prazos compatíveis com a necessidade assistencial, qualidade técnica dos exames e dos laudos emitidos, bem como o fiel cumprimento das normas sanitárias, éticas e legais vigentes, garantindo a continuidade do atendimento, a segurança do paciente e a eficiência dos serviços de saúde prestados pelo Município de Bodoquena/MS.

### **2.4. Fluxo de Atendimento**

O fluxo de atendimento para a realização dos exames de Ultrassonografia deverá observar as seguintes etapas:

- a) Solicitação do exame: emissão de pedido médico devidamente preenchido por profissional habilitado, vinculado ao Hospital Municipal Francisco Sales ou às unidades da rede municipal de saúde, com posterior encaminhamento pela Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, quando aplicável;
- b) Agendamento: realizado pela Secretaria Municipal de Saúde ou pela unidade reguladora competente, conforme critérios clínicos, disponibilidade de vagas e prioridades assistenciais, observando a classificação de risco do paciente;
- c) Realização do exame: execução do exame de ultrassonografia nas dependências da empresa contratada ou em local previamente autorizado, com utilização de equi-





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

pamentos adequados e profissionais qualificados, garantindo condições de biossegurança, privacidade e dignidade do paciente;

d) Emissão do laudo: elaboração do laudo técnico por médico legalmente habilitado, contendo identificação do paciente, descrição dos achados, conclusão diagnóstica e assinatura do responsável técnico;

e) Entrega do resultado: disponibilização do laudo ao Hospital Municipal Francisco Sales e/ou à Secretaria Municipal de Saúde, preferencialmente por meio eletrônico, sem prejuízo da entrega em meio físico quando necessário.

**2.5. Prazos Máximos para Emissão de Laudos**

Os prazos para emissão e disponibilização dos laudos de Ultrassonografia deverão observar os seguintes limites máximos:

a) Casos de urgência e emergência: até 24 (vinte e quatro) horas após a realização do exame;

b) Exames eletivos: até 72 (setenta e duas) horas após a realização do exame;

c) Exames realizados em regime de mutirão ou demanda excepcional: prazos ajustados previamente com a Secretaria Municipal de Saúde, respeitando-se, sempre que possível, os prazos estabelecidos nos itens anteriores.

Os prazos definidos visam garantir suporte diagnóstico oportuno às condutas médicas, contribuindo para a resolutividade da assistência, a segurança do paciente e a eficiência dos serviços de saúde prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

**3. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO:**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

3.1. A necessidade da presente prestação de serviços decorre da imprescindibilidade de assegurar suporte diagnóstico por imagem, por meio de exames de Ultrassonografia, aos atendimentos realizados no Hospital Municipal Francisco Sales, bem como aos pacientes encaminhados pela Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Bodoquena/MS.

3.2. O Município não dispõe, de forma contínua e suficiente, de equipamentos próprios de ultrassonografia, tampouco de estrutura técnica adequada e recursos humanos especializados para a realização e laudo desses exames, o que inviabiliza a prestação direta e integral do serviço pela Administração Pública. Tal limitação compromete a agilidade na definição de condutas médicas, especialmente nos atendimentos de urgência, emergência e acompanhamento clínico, podendo ocasionar atrasos diagnósticos e impactos negativos à saúde dos pacientes.

3.3. Sob a perspectiva do interesse público, a contratação mostra-se essencial para garantir a continuidade, a eficiência e a resolutividade dos serviços de saúde, assegurando diagnósticos precisos e tempestivos, reduzindo encaminhamentos e deslocamentos desnecessários de pacientes para outros municípios e contribuindo para a integralidade da atenção à saúde, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS e da Administração Pública.

**4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, SEMPRE QUE ELABORADO, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:**

4.1. A presente aquisição será vinculada ao Plano de Contratação BDQ/2.026 (que está sendo elaborado). A efetivação da referida aquisição viabilizará o atingimento dos objetivos propostos da Administração, voltado para o atendimento de necessidades da sociedade e solução de problemas, agregando os conjuntos de ações com objetivos comuns..

**5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

**5.1. Especificação (detalhamento dos objetos)**

5.1.1. As demandas dos serviços a serem prestados (exames de ultrassonografia), solicitados serão repassadas por escrito à CONTRATADA, contendo todas as informações necessárias à sua execução, devendo aquela providenciar sua execução;





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

5.1.2. As obrigações da contratante e contratada, incluindo deveres e específicos e compatíveis com o objeto, serão definidos no termo de referência.

5.1.3. O licitante vencedor deverá efetuar os serviços de acordo com o item 2.5. do estudo técnico preliminar.

**5.2. Sustentabilidade**

5.2.1. Para esses serviços de ultrassonografias, objetos deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental vigentes e decorrentes da lei 14.133/21.

**5.3 Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA:**

6.1. A estimativa da quantidade de exames de ultrassonografia a serem contratados foi definida com base na demanda histórica registrada pelo Hospital Municipal Francisco Sales e pela Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bodoquena/MS, considerando o volume médio de solicitações médicas, o perfil epidemiológico da população atendida, a necessidade de continuidade e regularidade do serviço diagnóstico, bem como a capacidade operacional da rede municipal de saúde.

6.2. Para o presente estudo, considera-se a contratação de serviços de ultrassonografia por demanda, com quantitativo estimado de exames a serem realizados ao longo do período contratual, conforme levantamento técnico e projeção anual, observadas as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde. Os quantitativos estimados, assim como a forma de execução e faturamento dos exames, serão detalhados no Termo de Referência, não configurando obrigação de consumo integral por parte da Administração, mas servindo como parâmetro para o planejamento da contratação, a estimativa de custos e a obtenção da proposta mais vantajosa.

**6.3. Do número de vagas estimado:**

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANTIDADE |
|------|-----------|---------|------------|
|------|-----------|---------|------------|

Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, nº 1020 | CEP: 79.390-000 | Fone: 67 3268-1104

[www.bodoquena.ms.gov.br](http://www.bodoquena.ms.gov.br)

Página 43 de 73







**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

|     |   |     |     |
|-----|---|-----|-----|
| 24. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA ABD COM DOPPLER                                     | SRÇ | 50  |
| 25. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA ABD SUPERIOR  | SRÇ | 100 |
| 26. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA AP URINARIO MASCULINO                               | SRÇ | 100 |
| 27. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA AP URINARIO FEMININO                                | SRÇ | 100 |
| 28. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA MAMA  | SRÇ | 150 |
| 29. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL (ENDOVAGINAL)                          | SRÇ | 300 |
| 30. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA OBT SIMPLES   | SRÇ | 350 |
| 31. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICO VIA ABD                                     | SRÇ | 50  |
| 32. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA OBT COM TN  | SRÇ | 50  |
| 33. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA PROSTATA TRANS                                      | SRÇ | 10  |
| 34. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA ARTICULAÇÃO: PESCOÇO, OMBRO, PUNHO, COTOVELO E ETC. | SRÇ | 200 |
| 35. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA CERVICAL, MUSCULO, AXILA E TENDÃO                   | SRÇ | 80  |
| 36. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA ORG. EST. SUPERFICIAL (TIREOIDE/BOLSA ESCROTAL)     | SRÇ | 100 |
| 37. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA OBT MORFOLÓGICO (SEMANA 22-26)                      | SRÇ | 50  |
| 38. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA OBT COM DOPPLER (SEMANA 32-36)                      | SRÇ | 50  |
| 39. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER RENAL                                       | SRÇ | 40  |
| 40. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA OBS-TÉTICO GEMELAR (GÊMEOS)                         | SRÇ | 60  |
| 41. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA PROSTATA ABD  | SRÇ | 150 |
| 42. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA ABD TOTAL   | SRÇ | 300 |





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

|     |  |     |    |
|-----|--|-----|----|
| 43. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA BOLSA ESCROTAL COM DOPPLER | SRÇ | 30 |
| 44. | DOPPLER DE CARÓTIDAS                                 | SRÇ | 60 |
| 45. | DOPPLER VENOSO DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)       | SRÇ | 60 |
| 46. | DOPPLER ARTERIAL DE MEMBRO INFERIOR (UNILATERAL)     | SRÇ | 60 |
| 24. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA PARADE ABDOMINAL           | SRÇ | 60 |
| 25. | EXAME DE ULTRASSONOGRAFIA REGIÃO INGUINAL            | SRÇ | 50 |

**7. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

7.1. Garante a disponibilidade contínua e regular dos exames de ultrassonografia, indispensáveis ao apoio diagnóstico da rede municipal de saúde;

Assegura a regularidade do atendimento aos pacientes do Hospital Municipal Francisco Sales e aos usuários encaminhados pela Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS;

Possibilita a manutenção da continuidade do serviço, inclusive por meio da pronta recomposição da capacidade operacional em situações de falha técnica, manutenção de equipamentos ou indisponibilidade de profissionais;

Reduz significativamente os riscos de interrupção dos serviços essenciais de diagnóstico por imagem, evitando atrasos na definição de condutas clínicas;

Atende às exigências normativas do SUS, às normas sanitárias e de segurança radiológica, bem como às necessidades assistenciais do Município de Bodoquena/MS.

**8. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. A estimativa de valores para esta contratação, foram baseadas em pesquisas com contratações similares.

8.2. Os valores levantados foram estimados com base nos possíveis itens que atenderão ao descritivo quando o Termo de Referência for elaborado. Como o momento do levantamento de valores ainda é estimado, os valores apresentados são especulativos, por não ser realizado pelo setor especializado e por ainda não haver, de forma conclusiva, as especificações detalhadas dos produtos/serviços. Deste modo,





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

não deve ser considerado de forma absoluta, mas sim como um dimensionamento do valor para fins exclusivamente de análise de viabilidade financeira da contratação.

8.3. Valor estimado: R\$ 541.495,70(quinhetos e quarenta e um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta centavos).

## **9. DA CONTRATAÇÃO**

a. A partir da demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde de Bodoquena/MS, verificou-se a necessidade de garantir a continuidade e a regularidade dos serviços de exames de ultrassonografia, essenciais ao apoio diagnóstico do Hospital Municipal Francisco Sales e ao atendimento dos pacientes encaminhados pela Regulação do Sistema Único de Saúde – SUS, considerando a inexistência de equipamento próprio no Município e o aumento da demanda por exames de média complexidade.

9.2. Na análise das alternativas para atendimento da necessidade identificada, foram considerados critérios de viabilidade técnica, risco assistencial, continuidade do serviço público, economicidade e interesse público, tendo sido avaliadas, entre outras, as seguintes opções:

- (i) aquisição de equipamento próprio de ultrassom;
- (ii) utilização de serviços por meio de convênios com outros entes públicos;
- (iii) adesão a consórcios públicos de saúde;
- (iv) contratações pontuais e não contínuas;
- (v) contratação de empresa especializada para prestação contínua dos serviços, mediante procedimento licitatório.

9.3. A aquisição de equipamento próprio foi descartada em razão do elevado custo de investimento inicial, da necessidade de adequações estruturais, contratação de equipe especializada, manutenção contínua e prazo prolongado para implantação, tornando a solução inviável no curto e médio prazo.

9.4. A utilização de convênios ou consórcios públicos de saúde foi analisada, contudo constatou-se a ausência de disponibilidade imediata e a dependência de agendas externas, o que compromete a regularidade e a tempestividade do atendimento aos pacientes do SUS.

9.5. As contratações pontuais e não contínuas mostraram-se inadequadas por implicarem custos unitários mais elevados, ausência de padronização dos serviços e ris-





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

co de descontinuidade do atendimento, dificultando o planejamento e a gestão do serviço.

9.6. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ultrassonografia, por meio de procedimento licitatório, revelou-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, operacional e econômico, garantindo oferta regular dos exames, qualidade diagnóstica, previsibilidade orçamentária e eficiência administrativa.

9.7. A solução adotada permitirá a manutenção ininterrupta dos serviços essenciais de diagnóstico por imagem, assegurando atendimento adequado aos pacientes do SUS, redução de filas, maior celeridade na definição de condutas clínicas e mitigação de riscos assistenciais.

9.8. A contratação proposta encontra-se alinhada aos princípios da supremacia do interesse público, continuidade do serviço público, eficiência, economicidade, planejamento e razoabilidade, configurando-se como medida necessária e proporcional às necessidades assistenciais do Município de Bodoquena/MS.

9.9. A instrução processual observará integralmente os requisitos da Lei Federal nº 14.133/2021, contemplando Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, pesquisa e estimativa de preços, parecer jurídico e autorização da autoridade competente, assegurando transparência, legalidade e segurança jurídica ao procedimento.

**10. DA JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

10.1. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

**11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

12.1. O presente processo licitatório será realizado na modalidade **pregão eletrônico**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se os princípios da legat







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

lidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, bem como da competitividade e do julgamento objetivo.

12.2. A contratação tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços de diagnóstico por imagem, indispensáveis ao suporte clínico, à elucidação diagnóstica e à definição de condutas médicas, evitando atrasos no atendimento, agravamento de quadros clínicos e deslocamentos desnecessários de pacientes para outros municípios.

12.3. São resultados esperados com a execução contratual:

- a) Garantia de acesso regular e contínuo aos exames de ultrassonografia, reduzindo filas de espera e tempo de resposta diagnóstica;
- b) Realização dos exames com qualidade técnica, segurança radiológica e emissão de laudos por médicos especialistas, conforme normas sanitárias e assistenciais vigentes;
- c) Apoio diagnóstico às urgências, emergências e atendimentos eletivos, ampliando a resolutividade da rede municipal de saúde;
- d) Integração do serviço contratado com a Secretaria Municipal de Saúde, mediante fornecimento de laudos, registros e relatórios de produção;
- e) Eficiência e economicidade, ao evitar gastos adicionais com remoções, exames externos e tratamentos tardios decorrentes da ausência de diagnóstico oportuno.

12.4. A execução da contratação contribuirá diretamente para o fortalecimento da capacidade diagnóstica do Município, promovendo melhoria dos indicadores assistenciais, segurança do paciente e observância aos princípios da continuidade do serviço público, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

**13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:**

13.1 Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração designará formalmente representante ou comissão de fiscalização contratual para acompanhar, de forma sistemática e contínua, a execução do contrato, com competência para registrar, em meio físico ou eletrônico, todas as ocorrências relevantes relacionadas à prestação dos serviços médicos e à gestão do profissional alocado, bem como adotar providências destinadas à correção de falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

13.2. A fiscalização será exercida por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, que terão a responsabilidade de verificar a assiduidade do profissional, a conformidade da prestação dos serviços com os termos contratuais e o Termo de Referência, o cumprimento das obrigações da contratada quanto à substituição do profissional quando necessário, além da entrega periódica de relatórios técnicos e demais documentos exigidos.

13.4. O(s) fiscal(is) do contrato deverão comunicar imediatamente à autoridade competente ou à unidade gestora qualquer situação que demande providência superior, especialmente aquelas que possam comprometer a continuidade ou a qualidade do atendimento médico, de forma a garantir a efetividade da prestação dos serviços públicos de saúde e a proteção do interesse público.

#### **14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

14.1. Declaramos, para os devidos fins, que existe contratação correlata, sendo a mesma indicada pela dispensa de licitação 33/2026 deste município, no qual foi realizada até a homologação do pregão eletrônico.

#### **15. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL**

15.1. Considerando a natureza dos serviços de ultrassonografia objeto da presente contratação, não se identificam impactos ambientais significativos, por se tratar de serviço de diagnóstico por imagem realizado em ambiente controlado e com equipamentos devidamente licenciados. Ainda assim, a empresa contratada deverá observar e cumprir critérios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, especialmente quanto ao uso racional de recursos, ao gerenciamento adequado de resíduos de serviços de saúde e à observância das normas de segurança radiológica, em conformidade com:

o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como princípio das contratações públicas;

o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União;

- a Instrução Normativa SEGES/ME nº 1/2021, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade nas contratações públicas;





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

- as normas sanitárias, ambientais e de radioproteção vigentes, inclusive aquelas expedidas pela ANVISA, CNEN e demais órgãos competentes;
- demais normas e políticas públicas aplicáveis à matéria.

Ainda que inexistam impactos ambientais relevantes, as práticas adotadas durante a execução contratual deverão estar alinhadas aos princípios da eficiência, economicidade, responsabilidade socioambiental, prevenção de riscos ambientais e segurança radiológica, assegurando a adequada destinação dos resíduos e a operação responsável dos equipamentos de ultrassonografia.

**16. GERENCIAMENTO DE RISCO**

| FASE DE ANÁLISE DE RISCOS                                |  |                                |           |
|--|--|--------------------------------|-----------|
| (01) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor |  |                                |           |
| (02) Gestão do Contrato                                  |  |                                |           |
| RISCO 01   |  |                                |           |
| Probabilidade:   | (X) Baixa  | ( ) Média                      | ( ) Alta  |
| Impacto:   | ( ) Baixa  | (X ) Média                     | ( ) Alta  |
| Id   | Dano   |                                |           |
| 1.   | Deficiência nos serviços licitados.  |                                |           |
| Id   | Ação Preventiva  | Responsável                    |           |
| 1.   | Fiscalizar o contrato sobre prazo de execução dos serviços.  | Fiscal                         |           |
| Id   | Ação de Contingência   | Responsável                    |           |
| 1.   | Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas do órgão. | Secretaria Municipal de Saúde. |           |
| RISCO 02   |  |                                |           |
| Probabilidade:   | ( ) Baixa  | (x ) Média                     | ( ) Alta  |
| Impacto:   | ( ) Baixa  | ( ) Média                      | (X ) Alta |
| Id   | Dano   |                                |           |





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

|           |  |                               |
|-----------|--|-------------------------------|
| 1.        | Prejuízo ao erário;  |                               |
| <b>Id</b> | <b>Ação Preventiva</b>   | <b>Responsável</b>            |
| 1.        | Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas;<br>Fiscalização de Contrato;<br>Fiscalização de prazos. | Secretaria Municipal de Saúde |
| <b>Id</b> | <b>Ação de Contingência</b>  | <b>Responsável</b>            |
| 1.        | Sanções e penalidades previstas no Contrato  | Gestor/Fiscal de Contrato     |

Bodoquena - MS, 11 de março 2026.

| EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO |  |            |
|---------------------------------------|--|------------|
| NOME                                  | CARGO                                      | ASSINATURA |
| Andreia dos Santos Caetano de Castro  | Gerente de Divisão de Gestão Adm. Em saúde |            |

**Aprovador por:**

**Monique Hevely Corrêa Dalletteze**  
**Secretária Municipal de Saúde**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX  
PREGÃO ELETRONICO Nº XX/XXXX**

O Município de Bodoquena, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede no endereço Avenida Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Bandeira II, na cidade de Bodoquena/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.465.016/0001-47, neste ato representado(a) pelo Sr. XXX, , considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/202XX, publicada diário oficial do assomasul no dia XX/XX/202X, processo administrativo n.º XXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 08, de 02 de janeiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

- 1.2. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de XXXXX, especificado no Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item<br>do<br>TR | Fornecedor ( <i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i> ) |  |         |             |                    |
|------------------|--|--|---------|-------------|--------------------|
| X                | Especificação  | <i>Modelo<br/>(se exigido<br/>no edital)</i> | Unidade | Valor<br>Un | <i>Valor Total</i> |
|                  |  |  |         |             |                    |





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

3.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do artigo 84, da Lei 14133/21, bem como poderá ter seu quantitativo renovado nos termos do PARECER n. 0453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU, desde que comprovado o preços vantajoso e conforme previsto no planejamento da contratação.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

3.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

Mantiverem sua proposta original.

3.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- 3.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 3.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 3.5.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
- 3.6. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal da Transparência do órgão e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 3.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 3.8. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 3.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 3.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 3.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 3.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

4.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

5.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- 5.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 5.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 5.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
- 5.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.3, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 5.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 5.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 6.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes do registro de preços.
- 6.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 6.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
- 6.2.2. Entre os participantes de processo de compra centralizada.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- 6.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 6.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 6.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado
- 7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 7.3.1. Por razão de interesse público;





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

7.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

**8. DAS PENALIDADES**

- 8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.
- 8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**9. EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 9.1. Os itens licitados serão recebidos no prazo e condições estabelecidas no termo de referência em anexo neste processo;

**10. CONDIÇÕES GERAIS**

- 10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*.
- 10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em XX (XX) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**ANEXO III**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/XXXX**

**Termo De Contrato Administrativo Nº XX/XXXX**

**Processo Administrativo Nº XX/XXXX**

**Pregão Nº XX/XXXX**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/XXXX, QUE FA-  
ZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE BODO-  
QUENA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA XXXXXX E  
A EMPRESA XX/XXXX**

**O MUNICIPIO DE BODOQUENA**, Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de di-  
reito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 15.465.016/0001-47, com sede na Av.  
Manoel Rodrigues de Oliveira, 1020, Centro, por intermédio das SECRETARIAS  
XXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa Jurídica de direito  
privado XXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representa-  
do pelo XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa tendo em vista o que consta no  
**Processo nº XX/XXXX** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decor-  
rente da XXXXX Nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.0. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXX. nas condições esta-  
belecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

| Item  | Especificação | Qtde | Unidade<br>de Medida | Valor<br>Unit | Valor<br>Total |
|-------|---------------|------|----------------------|---------------|----------------|
|       |               |      |                      |               |                |
| TOTAL |               |      |                      |               |                |

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. A contratação terá validade de XXXXXXXX, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser aditado ou prorrogado.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.1.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. **O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos serviços prestados.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega da Nota Fiscal, conforme Termo de Referência.

6.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

7.2. Após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- a) São obrigações do Contratante:
- b) Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- c) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- d) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- e) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- f) Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- g) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação.
- h) Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;







**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem com defeitos ou incompatíveis com o serviço do objeto contratado;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- d) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- e) Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Prefeitura ou a terceiros;
- f) Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;
- g) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica;
- h) Relatar à Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições se previamente autorizadas pela Administração;





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- k) A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;
- l) Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;
- m) A contratada deverá realizar o fornecimento dos gêneros alimentícios, cumprindo o cronograma semanal de acordo com a perecibilidade do produto que poderá ser requisitado pela Nutricionista RT/PNAE;
- n) O fornecedor deverá entregar semanalmente nas unidades de ensino da Rede Municipal de Educação, entre os horários 07:00 h às 10:00 h e 13:00h às 15:00h, respeitando correta descrição dos produtos, de acordo com a requisição;
- o) O prazo de entrega dos gêneros alimentícios será de até 03 (três) dias úteis contados do envio da requisição, não podendo exigir quantidade mínima para entrega;
- p) Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nos endereços especificados no instrumento convocatório, poderão ser acrescidos caso seja firmado convênio com o recebimento de recursos do PNAE e/ou seja inauguradas unidades de ensino;

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.087 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) **Multa:**

1. Por atraso injustificado no cumprimento do contrato de fornecimento:

1.2 de 0,5% (cinco décimas por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, por dia atraso, até décimo quinto dia;

1.3 de 10% (dez por cento) por recusa injustificada em receber ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente em 05 (cinco) dias contados da notificação, incidente sobre o valor contratual

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))





**Estado de Mato Grosso do Sul**  
**Município de Bodoquena**

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

(Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11.12. As multas previstas neste contrato não impedem que a administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação que rege a matéria.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

12.5. O contrato poderá ser extinto:

12.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do orçamento correspondente consignado nos seguintes elementos de despesa, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.4 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Miranda-MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**Bodoquena – MS, XX de XXXXX de XXXX.**

**XXXXXXXXXXXXXX**

Secretário Municipal deXXXXXXXX – Contratante

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**





**Estado de Mato Grosso do Sul  
Município de Bodoquena**

Contratada

Testemunhas:

1)

CPF: CPF

2)

